

Nivelando Conhecimentos sobre o Sistema de Defesa dos Estados Unidos da América

Coronel de Cavalaria Douglas Bassoli, Exército Brasileiro

ESTANDO HÁ QUASE um ano no cargo de Oficial de Ligação junto ao Centro de Armas Combinadas (CAC) do Exército dos Estados Unidos da América, julguei ser oportuno reunir alguns esclarecimentos às questões mais comuns que tenho recebido de leitores da edição brasileira da *Military Review* (MR) e de alguns dos envolvidos nos diversos projetos em andamento no Exército Brasileiro (EB), transformando as respostas em um artigo para ser publicado na própria revista.

De fato, é preciso admitir que não é fácil acompanhar a evolução organizacional e doutrinária do Exército dos Estados Unidos da América (EUA) — mesmo para seus próprios integrantes, como tenho observado —, considerando a dinâmica das mudanças que vêm ocorrendo no âmbito das Forças Armadas estadunidenses, envolvidas em duas campanhas militares simultâneas, por quase uma década.

Ainda que alguns temas atuais estejam sendo tratados com suficiente detalhamento nos diversos artigos publicados nesta revista — como as discussões em torno das Operações de Informações e do recém-criado conceito de *design*¹ do *U.S. Army*, por exemplo — há alguns aspectos próprios da organização e da doutrina militar estadunidenses que não são tão óbvios ao leitor que não tenha conhecimento prévio sobre o país.

Assim, de forma despreziosa, reunimos algumas das dúvidas mais comuns — a organização do Sistema de Defesa; o papel dos Comandos Combatentes; e a organização do Exército e alguns aspectos do seu processo de “Transformação” — na tentativa de auxiliar os

leitores a compreender certos aspectos abordados em artigos anteriores, ou que venham a ser publicados, na edição brasileira da MR².

Os Comandos Combatentes Unificados

A evolução histórica dos EUA nos últimos sessenta anos, que os colocou como a única superpotência do planeta com verdadeiro alcance global, determinou uma gradual e constante mudança no seu sistema de Defesa, de modo a mantê-lo compatível com a completa dimensão alcançada pelos interesses dos EUA, ao redor do mundo. Ao longo dos anos, sucessivos governantes e chefes militares, preocupados em consolidar e manter a liderança mundial conquistada, estudaram a melhor forma de manter permanentes a consciência situacional sobre potenciais rivais e a interação com os aliados e parceiros, sempre com vistas à defesa dos interesses nacionais estadunidenses.

Destaca-se, como uma das principais decorrências dessa visão na estrutura de Defesa, a criação dos Comandos Combatentes Unificados. Estes são Comandos Conjuntos diretamente subordinados ao Secretário de Defesa e ao Comandante em Chefe das Forças Armadas, o Presidente dos EUA. A atual estrutura e a responsabilidade desses comandos foram determinadas pela Lei Goldwater-Nichols (que reorganizou o Departamento de Defesa), que entrou em vigor em 1986, durante o Governo de Ronald Reagan³. Ela refletiu as conclusões a que chegou uma comissão especial, designada pelo Presidente, para estudar os problemas decorrentes da excessiva autonomia entre os Comandos das três Forças Armadas — e

O Coronel de Cavalaria Douglas Bassoli é o atual oficial de ligação do Exército Brasileiro junto ao Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA, no Forte Leavenworth, Kansas. É bacharel pela Academia Militar das Agulhas Negras; mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro e em

Estudos Estratégicos pelo U.S. Army War College, em Carlisle, Pensilvânia; e doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro. É piloto de combate da Aviação do Exército e foi observador militar das Nações Unidas na antiga Iugoslávia.

mais o Corpo de Fuzileiros Navais —, que levava a uma improdutiva e dispendiosa rivalidade entre elas e a dificuldades de coordenação de operações pelos Comandos Combinados então existentes.

A Lei modificou radicalmente a forma como as Forças são empregadas em operações ao redor do mundo, diminuindo a participação dos Chefes de Estado-Maior das Forças (os equivalentes aos Comandantes das Forças, no Brasil) na condução das campanhas militares propriamente ditas. Antes disso, os Comandos “Unificados” e Comandos Chamados de “Específicos” eram colocados sob a responsabilidade dos Comandantes de Força, que operavam como “gestores” das atividades militares nessas áreas. Isso provou ser difícil já nas Operações dos EUA no Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial, quando o General MacArthur e o Almirante Nimitz, ambos comandantes seniores de suas Forças, mostravam-se pouco dispostos a se subordinar um ao outro⁴.

A partir da reestruturação de 1986, novos Comandos Combatentes foram criados e todos passaram a contar com um Quartel-General comandado por um oficial-General de “quatro estrelas” (de qualquer uma das Forças ou do Corpo de Fuzileiros Navais, mediante indicação do Presidente e do Secretário de Defesa, e aprovação do Senado federal). Na sua organização, contam com Comandos Componentes subordinados, “representantes” de cada uma das Forças (Comando Componente do Exército, Comando Componente Naval, etc.). Em geral, esses Comandos Componentes são comandados por oficiais-Generais de duas estrelas.

Os atuais Comandos Unificados se dividem em Comandos Geográficos e Não Geográficos.



A nova sede do Comando Sul dos EUA (USSOUTHCOM), inaugurada em 17 Dez 10, em Doral, Flórida.

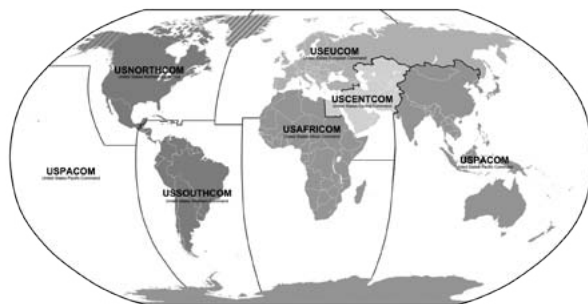


Figura 1 – Visão Geral da Divisão do Globo por Comandos Combatentes Unificados

Há seis Comandos Geográficos, com encargos de planejamento e emprego nas suas respectivas áreas “de responsabilidade”⁵. Ou seja, o globo terrestre foi dividido em “setores” (figura 1), e cada um recebeu um Comando Combinado: NORTHCOM (Comando Norte — América do Norte); SOUTHCOM (Comando Sul — Américas Central e do Sul, Caribe e parte do Atlântico Sul); EUCOM (Comando da Europa — Europa Ocidental, até a região do Cáucaso, Mediterrâneo e parte do Atlântico Norte); AFRICOM (Comando da África — todo o continente africano, exceto o Egito, e parte dos oceanos que o envolve); CENTCOM (Comando Central — Oriente Médio, do Cáucaso, até o Egito, a oeste, e o Paquistão, a leste); e o PACOM (Comando do Pacífico — que inclui a maior parte da Ásia, a Oceania e praticamente todo o Oceano Pacífico e parte do Oceano Índico).

Segundo a Lei Goldwater-Nichols, os Secretários das Forças (civis, posicionados entre o Secretário de Defesa e os Chefes de Estado-Maior) são os responsáveis em prover os meios militares de que necessitam os Comandos Combatentes para cumprirem seus planejamentos operacionais em caso de ativação dos Teatros de Operações (TO) nas respectivas áreas. No que diz respeito a atividades típicas de cada Força (recrutamento, suprimento, instrução e adestramento, mobilização, atividades administrativas e manutenção), a subordinação continua ao seu respectivo Chefe de Estado-Maior.

Na sua estrutura permanente, os Comandos Unificados — e seus Comandos Componentes — possuem meios limitados, voltados para seu funcionamento como planejadores que são.

Todos os comandos geográficos têm unidades de Inteligência, de Forças Especiais, alguns meios aéreos e tropas de apoio (Polícia do Exército, por exemplo). O EUCOM e o PACOM são mais completos, contando com tropas desdobradas em países dentro de suas “áreas de responsabilidade”, na Europa, na Coreia do Sul e no Japão. Meios navais permanentemente alocados também não são uma regra.

Os Comandos não geográficos são quatro e estão organizados por funções⁶: STRATCOM (Comando Estratégico — responsável pelos meios nucleares, operações espaciais, mísseis balísticos intercontinentais e operações cibernéticas); TRANSCOM (Comando de Transporte — responsável pelos meios de deslocamento estratégico dos EUA); e SOCOM (Comando de Forças Especiais — que reúne as tropas de Forças Especiais das três Forças Armadas e dos Fuzileiros Navais). O JFCOM (Comando de Forças Conjuntas) está em processo de desativação e deixará de existir até o final deste ano⁷.

A Junta de Chefes de Estado-Maior

A Junta de Chefes de Estado-Maior é uma organização que foi criada em 1947 e que, desde a reorganização da Defesa, imposta pela Lei Goldwater-Nichols, atua como uma espécie de órgão consultivo do Presidente e do Secretário de Defesa, sem ter ascendência funcional sobre os Comandos Combatentes. Até a Lei Goldwater-Nichols, ela possuía um “presidente”, que era eleito pelos Chefes de Estado-Maior das Forças,

para representá-los junto à liderança civil do país. A lei de 1986 ampliou a importância do cargo: passou a considerá-lo o militar mais antigo do país, transformando-o no principal assessor do Presidente, para assuntos militares. O oficial-general que o ocupa é, de fato, o Chefe da Junta. Apesar dessa modificação, a organização atual prevê que o assessoramento do Chefe da Junta ao Comandante em Chefe leve em consideração as ideias debatidas com todos os chefes de estado-maior das Forças.

A Junta de Chefes de Estado-Maior *não* é um Estado-Maior Conjunto. Seu Chefe não possui autoridade sobre os Comandantes dos Comandos Combatentes Unificados, que estão subordinados diretamente ao Secretário de Defesa. No entanto, é permitido a ele comunicar-se diretamente com esses Comandantes para transmitir-lhes instruções do Presidente ou do Secretário de Defesa.

A Organização do Exército

O Departamento do Exército é dirigido por um civil, o Secretário do Exército. Ele tem o Chefe do Estado-Maior (equivalente ao Comandante do Exército, no Brasil) trabalhando como seu principal assessor, como o militar do Exército mais antigo do país⁸. Para atender ao que impõe a Organização do Departamento de Defesa, o Departamento do Exército dos EUA adotou uma estrutura que o divide, basicamente, em Comandos Principais, Comandos Componentes e Unidades Diretamente Subordinadas (figura 2).

Recentemente, como parte da adequação da Força à doutrina combinada em vigor, o Departamento buscou “espelhar” e adequar os conceitos adotados nos manuais da Defesa (chamados de Publicações Conjuntas, ou *Joint Publications*), reunindo as atividades de Combate, Apoio ao Combate e Apoio Logístico em seis “Funções de Combate”⁹: Comando de Missão (ex-Comando e Controle), Movimento e Manobra, Fogos, Proteção, Inteligência e *Sustainment* (um conceito mais amplo do que Logística; algo que pode ser traduzido como “Sustentação”, no sentido de “prover sustento”)¹⁰.

Para cada uma foi criado um Centro de Excelência, reunindo os treze centros de instrução do TRADOC, antes dispersos segundo Armas e especialidades. O Centro de Excelência de Comando de Missão está localizado no Forte



Departamento de Defesa - R. D. Ward

O Secretário de Defesa Leon E. Panetta durante sua primeira coletiva de imprensa, ao lado do Almirante Mike Mullen, então Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior, 04 Ago 11.

Leavenworth - KS; o de Manobra, no Forte Benning - GA; o de Fogos, no Forte Sill - OK o de Apoio à Manobra, no Forte Leonard Wood - MO; o de Inteligência, no Forte Huachuca - AZ; e o de *Sustainment*, no Forte Lee - VA. Há outros Centros de Excelência, específicos a determinadas especialidades: Aviação (Forte Rucker - AL), e Comunicações (Forte Gordon - GA), por exemplo¹¹.

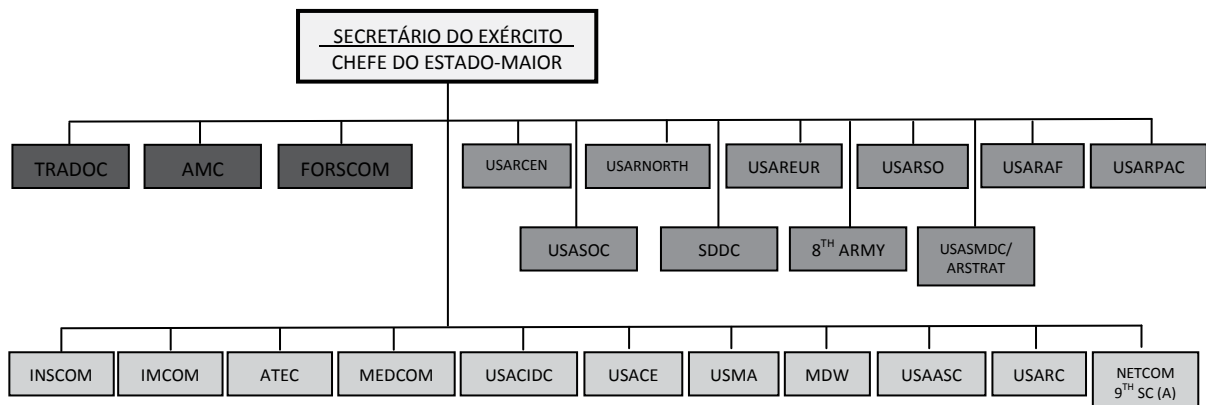
Como Anda a Transformação do Exército dos EUA

O projeto de Transformação do Exército dos EUA iniciado há cerca de uma década previa, desde sua concepção original, a transição de uma Força baseada na Divisão para uma Força baseada na brigada, o que a tornaria mais “modular”.

Devido às seguidas modificações na conjuntura internacional ao longo da execução do projeto e às novas demandas que foram surgindo em decorrência disso, o projeto teve de ser adaptado, sofrendo ajustes que se mostraram mais de acordo com a nova realidade mundial e do próprio país.

Desde 2004, o Plano de Campanha do Exército (*Army Campaign Plan — ACP*) passou a ser atualizado anualmente, com o intuito de coordenar e sincronizar as etapas dessa Transformação, incluindo algumas mudanças no ciclo de Geração de Forças¹².

Fruto das experiências mais recentes, surgiram novos termos e conceitos, como o das “Operações no Espectro Completo”¹³, que vieram a contribuir e aperfeiçoar a visão de futuro que orienta a Transformação. O conceito de modularidade de forças, no entanto, está mantido. Essa modularidade não eliminou os Comandos dos Corpos de Exército e das Divisões, que permanecem ativados e com plena capacidade de desdobramento nos diversos TO, segundo a necessidade¹⁴. A ideia, basicamente, é constituir *pools* de brigadas operacionais que permitam grande flexibilidade no planejamento e no atendimento às demandas de emprego, proporcionando rápida resposta às demandas dos Comandos Combatentes Unificados, em suas áreas de responsabilidade.



LEGENDA:

Comandos

TRADOC – Comando de Instrução e Doutrina
AMC – Comando de Material
FORSCOM – Comando de Forças

Comandos Componentes do Exército

USARCENT – Exército do Comando Central
USARNORTH – Exército do Comando Norte
USAREUR – Exército do Comando da Europa
USARSO – Exército do Comando Sul
USARAF – Exército do Comando da África
USARPAC – Exército do Comando do Pacífico
USASOC – Comando de Operações Especiais do Exército
SDDC – Comando Militar de Desdobramento e Distribuição de Superfície
8TH ARMY/EUSA – Exército das Forças dos EUA na Coreia
USASMDC/ARSTRAT – Comando de Defesa Espacial e de Mísseis/ Forças do Exército no Comando Estratégico

Unidades Diretamente Subordinadas

INSCOM – Comando de Inteligência e Segurança
IMCOM – Comando de Gerenciamento de Instalações
ATEC – Comando de Testes e Avaliações do Exército
MEDCOM – Comando Médico
USACIDC – Comando de Investigações Criminais do Exército
USACE – Corpo de Engenheiros do Exército
USMA – Academia Militar de West Point
MDW – Distrito Militar de Washington
USAASC – Centro de Apoio às Aquisições do Exército
USARC – Comando da Reserva do Exército
NETCOM/ 9TH SC (A) – Comando de Tecnologia de Desenvolvimento de Rede / 9º Comando de Comunicações (Exército)

Figura 2 – Estrutura do Exército dos Estados Unidos

Apesar de toda a movimentação nesse sentido, existem diretrizes para que seja realizado um estudo para “restabelecer a conexão” entre as brigadas e os Comandos de Divisão e de Corpo de Exército, algo que deve gerar algumas alterações no próximo ACP a ser publicado.

A Força Modular

A adoção da “Força Modular” buscou os seguintes benefícios:

- Ampliação da Capacidade de Combate de Armas Combinadas;
- Simplificação da organização da Força para o emprego, com a criação de formações de combate e de apoio com estruturas semelhantes e modulares, de modo que a Força operativa possa receber meios organizados “sob medida” para atender suas necessidades;
- Melhor capacidade de atuação nos ambientes conjuntos, interagências, intergovernamental e multinacional, em função da redução da complexidade do planejamento e da execução das operações;
- Aumento da “independência tática” das brigadas;
- Rapidez de resposta às contingências (caráter “expedicionário”); e
- Aumento do número de brigadas disponíveis (BCTs), com a realocação de meios antes orgânicos das Divisões.

Com essa Transformação, o *U.S. Army* pretende atingir um total de 76 brigadas no pool de Brigadas de Armas Combinadas (BCT, na sigla em inglês), disponíveis para emprego em qualquer parte do globo, considerando os meios dos dois componentes (da Ativa e da Reserva do Exército). Até o final deste ano, o planejamento prevê que a Força tenha cerca de 300 brigadas modulares (76 BCT e 223 Brigadas de Apoio), nos dois componentes.

A “Força Modular” conta com três tipos de módulo:

As Brigadas de Combate (*Brigade Combat Team* — BCT) – Essas constituem a principal unidade tática da Força Operativa e podem ser de três tipos: de infantaria (IBCT, ou simplesmente BCT), pesada (*Heavy Brigade Combat Team* — HBCT) e mecanizada — dotada de veículos blindados leves sobre rodas, o *Stryker* (*Stryker Brigade Combat Team* — SBCT).

Algumas das BCT (Infantaria) são especialmente adaptadas para desempenhar missões de “operações de entrada forçada”, ou seja, são aerotransportadas ou aeromóveis.

Todas as três variantes de BCT são compostas por meios permanentes, nível batalhão, de armas combinadas ou de manobra (inclui subunidade de engenharia, na HBCT), fogos, reconhecimento e logística. Dependendo do tipo, as BCT possuem companhias que completam sua autonomia tática, como engenharia, inteligência, e anticarro, por exemplo. Em contraste com a organização baseada em Divisões, antes adotada, as BCT têm Quadros de Organização e Dotação padronizados. Todas estão recebendo novas gerações de equipamentos de Comando e Controle (C2), mais sensores para ampliar sua capacidade de executar Inteligência, vigilância e reconhecimento (ISR, em inglês) e novos armamentos.

Brigadas de Apoio Multifuncional — Cinco tipos de brigada complementam e reforçam os meios das BCT: Aviação; Vigilância do Campo de Batalha (BfSB — antiga ISR); Reforço de Manobra (que deverá reunir meios de apoio como QBN, polícia do Exército e Assuntos Cíveis, por exemplo); Fogos; e *Sustainment*.

Brigadas de Apoio — São aquelas brigadas ou Comandos que realizam somente uma função de apoio, como os Comandos de Defesa Aérea de Mísseis. Sobre o apoio antiaéreo, cabe destacar que não há previsão de que nem mesmo as Divisões de Exército o tenham, como orgânico. Elas serão centralizadas, passando a constituir um *pool* de unidades para emprego mediante estudo da situação.

A Geração de Forças, no Exército

O *U.S. Army* vem adotando um modelo de preparação e disponibilização progressiva de Unidades Operacionais para emprego pelos Comandos Combatentes, denominado Geração de Forças do Exército (ARFORGEN, na sigla original), cujo objetivo principal é garantir a manutenção do esforço em conflitos continuados ou de longa duração, como os vividos atualmente pelos EUA.

Ou seja, o objetivo do ARFORGEN é gerar as capacidades de poder terrestre que respondam às necessidades operacionais dos Comandos Combatentes, mantendo essas capacidades

ativas pelo tempo que se fizer necessário, com o mínimo prejuízo ao adestramento das tropas e ao bem-estar da família militar. A geração de forças, na verdade, trabalha para recondicionar (a expressão original em inglês é *reset*) as tropas operacionais antes de cada novo desdobramento, dando-lhes atualização de doutrina, treinamento e equipamento, de acordo com a evolução mais recente. Além disso, o processo prevê o tempo necessário para que os militares empregados em operações tenham tempo de recuperação e convívio familiar suficiente, de modo a não permitir prejuízos ao indivíduo e à sua família.

Com esse novo conceito de geração de Forças, a parcela do Exército que antes era tratada pelos manuais como sendo a Institucional (*Institutional Army*) passou a ser chamada de “Força Geradora”. Os Comandos e as Organizações militares integrantes dessa “Força Geradora” são os responsáveis por proporcionar as tropas operacionais prontas para o emprego à vertente operativa do Exército (o Exército Operacional, ou a Força Operacional, que também pode ser traduzida do inglês como

Força Operativa)¹⁵. Esta última é constituída, basicamente, pelos Comandos Componentes Terrestres dos Comandos Combatentes Unificados e pelas Unidades Operacionais que lhes são enviadas, quando há TO ativados (essa separação pode ser vista na figura 2).

A Força Geradora inclui os Comandos do Exército e as Unidades Diretamente Subordinadas. Diferentemente do que ocorre com as Unidades operacionais, normalmente alocadas aos Comandos Combatentes, as Organizações Militares da Força Geradora ficam subordinadas ao Chefe do Estado-Maior do Exército (e, por extensão, ao Secretário do Exército)¹⁶.

A preparação das Grandes-unidades que serão empregadas está a cargo do FORSCOM, que é o comando que reúne as tropas não empregadas e atua como o Comando gestor do ARFORGEN, sendo o responsável direto por gerenciar a parte do processo que diz respeito ao treinamento e ao recondicionamento das Unidades Operacionais, antes que elas sejam disponibilizadas aos Comandos Combatentes Unificados.

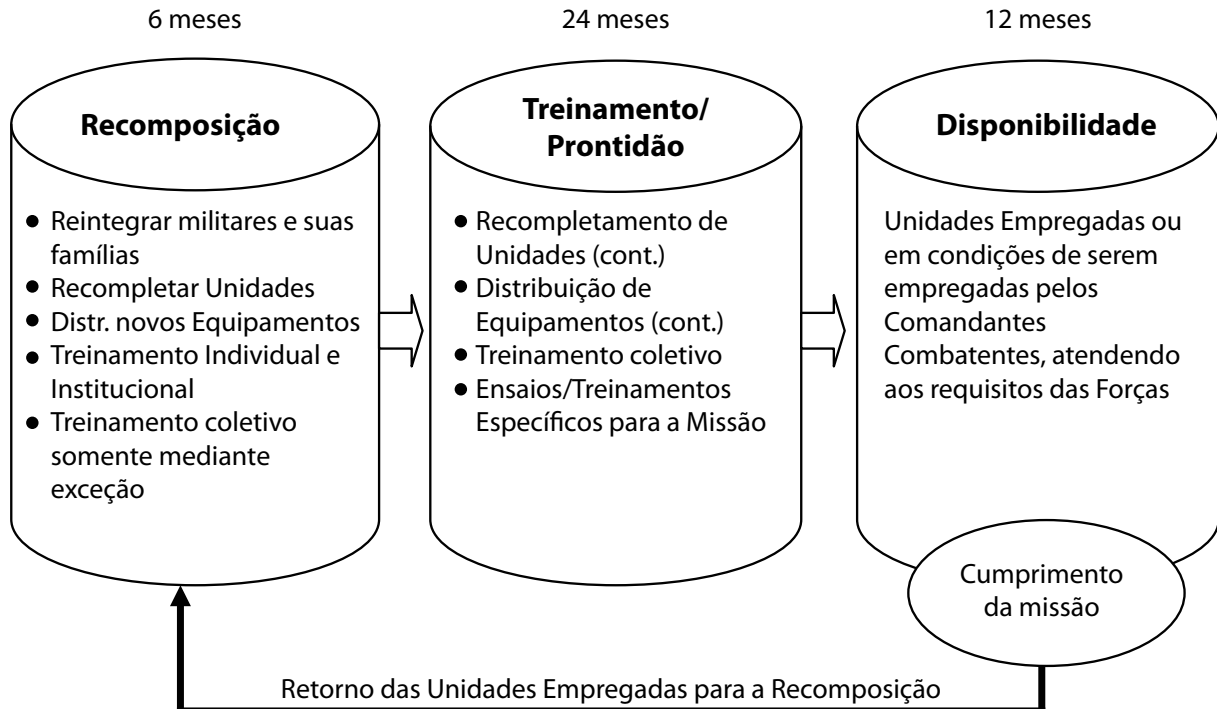


Figura 3 – Ciclo típico do ARFORGEN, para o Componente da Ativa do Exército¹⁷

Considerações Finais

O Exército dos EUA está passando por um processo de Transformação que pretende aperfeiçoar o gerenciamento do conhecimento e racionalizar o emprego de recursos. A participação nas recentes campanhas, no Afeganistão e no Iraque, levou a Força Terrestre a aprofundar a reflexão sobre suas capacidades em face das pesadas demandas impostas às suas Unidades e aos seus quadros. O resultado foi a reavaliação do projeto de Transformação inicialmente concebido, permitindo a evolução para um sistema que

permita manter uma Força ágil, capaz de realizar as “operações no espectro completo”.

Com a possibilidade de realizar experimentação em combate continuamente, o *U.S. Army* tem se mantido em permanente evolução, na última década, alterando planejamentos e programas com relativo dinamismo. Assim, pode-se afirmar que a atual organização — e o próprio projeto de Transformação — ainda estão sujeitos a alterações, à medida que seja identificado que soluções ora adotadas estejam sendo ineficazes ou pouco efetivas. **MR**

REFERÊNCIAS

1. As primeiras referências ao conceito de *design*, no Exército dos EUA, vieram com a publicação do Manual de Campanha 3-24 — *Contrainsurgência (FM 3-24 — Counterinsurgency)*, em 2006. Alguns anos mais tarde, os novos manuais 3-0 — *Operações (FM 3-0 — Operations)* e 3-07 — *Operações de Estabilidade (FM 3-07 — Stability Operations)* passaram a adotar o conceito, referindo-se a ele em várias passagens. Com a publicação do novo Manual de Campanha 5-0 — *O Processo de Operações (FM 5-0 — The Operations Process)* — que dedica um capítulo inteiro para detalhar a execução do processo, o *design* tornou-se definitivamente institucionalizado na Força. Por uma questão de coerência doutrinária, o termo não está sendo traduzido na edição brasileira da *Military Review*, pois uma tradução incorreta poderia comprometer o entendimento desse conceito inovador do *U.S. Army*. Entende-se que outros exércitos interessados em adotar conceito semelhante deverão buscar termos próprios de seus idiomas, de modo a adequadamente representar a ideia contida no *design*.

2. Por razões óbvias, este artigo não pretende ser completo na explicação de conceitos tão complexos como o modelo de Geração de Forças ou a modularidade adotada pela Força Terrestre dos EUA. O leitor que deseje aprofundar-se necessitará acessar os documentos citados como referência ao longo deste artigo (na quase totalidade, disponíveis somente em inglês) e outras publicações correlatas do Exército estadunidense.

3. A lei ficou assim conhecida devido aos seus dois principais autores, responsáveis por sua aprovação no Congresso dos EUA, o Senador Barry Goldwater e o Deputado Federal William Flynt Nichols.

4. É possível encontrar várias passagens narrando os desentendimentos entre o General Douglas MacArthur e o Almirante Chester W. Nimitz durante as operações no Pacífico, na literatura relacionada a essa campanha militar. Talvez o melhor exemplo venha das palavras do próprio MacArthur, em MacArthur, Douglas (1964), *Reminiscences of General of the Army Douglas MacArthur*, Annapolis: Bluejacket Books, ISBN 1-55750-483-0, OCLC 220661276.

5. Devido à sensibilidade que a expressão “Área de Responsabilidade” tem gerado entre países aliados, alguns dos Comandos Combatentes Unificados vêm substituindo-a por outras, como “Área de Interesse” ou “Área de Foco” (tal como é empregado pelo Departamento de Defesa, no organograma apresentado em seu site <http://www.defense.gov/orgchart/#45>). Área de Responsabilidade, no entanto, permanece sendo a expressão mais utilizada no meio militar estadunidense.

6. Por essa razão, os Comandos Não Geográficos também são chamados de Comandos Funcionais, como na página do Departamento de Defesa que trata do Comando Estratégico, <http://www.defense.gov/OrgChart/office.aspx?id=60>, acesso em: 08 ago. 11.

7. A polêmica decisão foi tomada pelo Secretário de Defesa Robert Gates, em um contexto no qual a otimização do uso de recursos e a eliminação de redundâncias foram, provavelmente, as principais considerações levadas em conta.

8. A organização dos Departamentos militares contempla estruturas duais, ou seja, escritórios civis que têm correspondência com as Seções de Estado-Maior da estrutura militar tradicional (G-1, G-3/5/7, etc.). Um exemplo dessa estrutura pode ser visto no organograma apresentado no site do Departamento do Exército (<http://www.army.mil/info/organization/headquarters/hqda/> - acesso em: 28 jul. 11). O Chefe do Estado-Maior é o militar mais antigo da Força a que pertence (exceto quando o Chefe da Junta de Chefes for um militar do Exército), atuando como planejador para efeitos de organização, treinamento e equipamento desta, sob a supervisão do Secretário.

9. O FM 3-0 substituiu os Sistemas Operacionais do Campo de Batalha pelas Funções de Combate (*Warfighting Functions*). Uma função de combate é um grupo de tarefas e sistemas (pessoas, organizações, informações, e

processos) unidos por uma finalidade comum, da qual os comandantes fazem uso para cumprir suas missões operacionais e de objetivos de instrução. Esta definição pode ser encontrada no glossário de termos online do Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA: <http://usacac.army.mil/cac2/call/thesaurus/toc.asp?id=33276§ion=w>, acesso em: 28 jul. 11.

10. Assim como ocorre com o termo *design*, a preferência também tem sido pela não tradução de *Sustainment*, nos artigos publicados pela edição brasileira da *Military Review*. Por tratar-se de um ideia ainda nova, até mesmo para as Forças Armadas dos EUA, este autor entende que cabe apenas aos órgãos formuladores de doutrina, nos exércitos interessados no conceito, definir como o termo será traduzido, se adotado.

11. O artigo de autoria do Coronel de Cavalaria Eduardo Antonio Fernandes, do Exército Brasileiro, intitulado “*U.S. Army TRADOC: Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos Estados Unidos*”, que foi publicado na edição brasileira da *Military Review* de março-abril de 2010, apresenta organogramas mais detalhados desse Comando Principal e de uma visão futura da distribuição por Centros de Excelência. Se confrontarmos algumas explicações apresentadas neste e naquele artigo (escrito há pouco mais de um ano), poderemos perceber quanto dinâmica tem sido a revisão do projeto de Transformação do Exército dos EUA.

12. O *Army Campaign Plan (ACP)* é um documento com classificação sigilosa e não está disponível a pessoas que não possuam credenciais de segurança específicas. Referências à sua versão mais recente (de 04 Feb 11), podem ser encontradas em sites do Exército dos EUA, como por exemplo em <http://www.army.mil/standto/archive/2011/02/08/>, acesso em: 27 jul. 2011.

13. “Operações no espectro completo” (*full spectrum operations*) é uma ideia recorrente nas atuais publicações do Exército dos EUA. Vide, por exemplo, os Manuais de Campanha 3-0 — *Operações (FM 3-0 — Operations)*, com o capítulo 3 totalmente dedicado à descrição das operações no espectro completo; e o novo 7-0 — *Treinando Unidades e Desenvolvendo Líderes para as Operações no Espectro Completo (FM 7-0 — Training Units and Developing Leaders for Full Spectrum Operations)*, de 23 Fev 11. Para o *U.S. Army*, atuar no Espectro Completo é dispor da capacidade de se adaptar rapidamente do combate convencional (Ofensiva e Defensiva) para o combate de estabilização (ou para o apoio civil, quando atendendo a emergências em território estadunidense) e vice-versa. Ainda mais: O exército deve ser capaz de atuar dentro dessas modalidades de combate ainda que elas ocorram de modo simultâneo.

14. Os Comandos de Divisão e de Corpo de Exército constituem, juntamente com os comandos dos componentes terrestres (Exército do Teatro de Operações), os chamados “QG modulares” da Força. Este artigo não irá entrar em detalhes quanto às organizações desses Grandes-Comandos, apenas ressaltando que eles são flexíveis e não possuem meios orgânicos além de seu próprio elemento de comando. Para mais dados, consulte o “Anexo C”, do Manual de Campanha 3-0 — *Operações (FM 3-0 — Operations)*, de fevereiro de 2008.

15. Para mais detalhes, consulte o Manual de Campanha 1-01 — *O Apoio da Força Geradora às Operações (FM 1-01 — Generating Force Support for Operations)*, de 04 Abr 08.

16. FM 1-01 *Generating Force Support for Operations*, parágrafo 1-11.

17. Baseado no modelo apresentado no capítulo I, do Regulamento do Exército 525–29 — *Geração de Força do Exército (Army Regulation 525–29 — Army Force Generation)*, do Departamento do Exército, de 14 Mar 11. O Ciclo previsto para o componente da Reserva (Guarda Nacional e Reserva do Exército) difere quanto aos períodos em que as unidades permanecem nos pools de “Recomposição (*Reset*), Treinamento e Prontidão (*Train/Ready*) e Disponibilidade (*Available*).